

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021



Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5º andar | Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos:
Administradores e Conselheiros da
Rede nacional de ensino e pesquisa - RNP
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidade sem finalidade de lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme descrito na nota explicativa nº. 1, a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP depende do recebimento de repasse de recursos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTI e outros ministérios para a manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro, consequentemente esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota explicativa nº. 1, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvidas quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidade sem finalidade de lucros, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2022.



Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP

Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	284.115.523	177.031.028	Fornecedores	12	20.249.608	13.859.273
Clientes a receber	5	4.771.418	5.555.886	Passivo de arrendamento	13	908.792	1.195.349
Estoque de material de consumo		3.233	8.458	Obrigações fiscais	14	3.109.404	1.957.810
Depósito em garantia	6	559.766	939.185	Obrigações sociais	-	1.600.668	1.972.056
Adiantamentos a terceiros	7	1.183.029	2.162.750	Obrigações trabalhistas	15	8.210.689	10.385.586
Créditos de funcionários	-	702.060	571.184	Obrigações em circulação	16	374.357.574	186.518.498
Despesas pagas antecipadamente	-	526.332	443.847	Outras contas a pagar	-	458.667	3.999
Impostos e contribuições a recuperar	-	34.961	2.221				
		291.896.322	186.714.559			408.895.402	215.892.571
Não Circulante				Não Circulante			
Despesas pagas antecipadamente	-	466.601	654.798	Provisão para riscos judiciais	17	21.557.945	20.675.737
Depósitos judiciais	8	3.328.370	3.130.863	Passivo de arrendamento	13	285.204	753.429
Depósito em garantia	6	102.000	165.000			21.843.149	21.429.166
Direito de uso de arrendamento	9	1.148.021	1.860.207	Patrimônio Social	18		
Imobilizado	10	124.988.578	57.687.838	Capital social		37.611.908	54.939.354
Intangível	11	41.155.173	24.720.379	Déficit acumulado		(5.265.394)	(17.327.446)
		171.188.743	88.219.085			32.346.514	37.611.908
TOTAL DO ATIVO		463.085.065	274.933.644	TOTAL DO PASSIVO		463.085.065	274.933.644

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP

Demonstrações do resultado dos
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas com restrição			
Receita do contrato de gestão	16	280.202.937	229.606.887
Receita de convênios	19	6.964.203	8.480.108
Receitas sem restrição			
Receitas de prestação de serviços		23.970.815	23.238.618
Tributos sobre serviços prestados		(3.039.494)	(2.953.546)
	20	<u>20.931.321</u>	<u>20.285.072</u>
		<u>308.098.461</u>	<u>258.372.067</u>
(Despesas)/Receitas Operacionais			
Despesas com pessoal	21	(83.852.123)	(75.174.796)
Provisão de férias e 13º salário	-	(5.451.567)	(5.332.572)
(Provisão) reversão para riscos judiciais	17	(882.208)	718.234
Despesas gerais e administrativas	22	(201.445.284)	(171.026.523)
Despesas tributárias	23	(2.396.403)	(2.147.588)
Depreciação e amortização	9/10/11	(20.685.146)	(16.635.834)
Outras despesas operacionais	24	(869.921)	(5.853.672)
		<u>(315.582.652)</u>	<u>(275.452.751)</u>
Despesas financeiras		(3.511.123)	(1.969.325)
Receitas financeiras		5.729.920	1.722.563
Resultado Financeiro Líquido	25	<u>2.218.797</u>	<u>(246.762)</u>
Total das Despesas/Receitas Operacionais		<u>(313.363.855)</u>	<u>(275.699.513)</u>
Déficit do exercício		<u>(5.265.394)</u>	<u>(17.327.446)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em reais)

	Patrimônio Social	Superávit/Déficit Acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2019	50.102.679	4.836.675	54.939.354
Incorporação do resultado ao patrimônio social	4.836.675	(4.836.675)	-
Déficit do exercício	-	(17.327.446)	(17.327.446)
Em 31 de dezembro de 2020	54.939.354	(17.327.446)	37.611.908
Incorporação do resultado ao patrimônio social	(17.327.446)	17.327.446	-
Déficit do exercício	-	(5.265.394)	(5.265.394)
Em 31 de dezembro de 2021	37.611.908	(5.265.394)	32.346.514

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Déficit do exercício	(5.265.394)	(17.327.446)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(5.265.394)</u>	<u>(17.327.446)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Déficit) do exercício	(5.265.394)	(17.327.446)
Depreciação e amortização	19.306.624	13.968.445
Baixa de ativo imobilizado e intangível	260.731	166.922
Amortização de despesa antecipada	246.803	1.158.592
Juros incorridos sobre arrendamentos	117.026	150.452
Amortização do direito de uso dos arrendamentos	1.378.519	1.508.797
Constituição de provisão (reversão) para riscos judiciais	882.207	(718.234)
Reversão de provisão para perda no ativo imobilizado/Intangível	(241.132)	(41.260)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	210.222	68.603
	16.895.608	(1.065.130)
Aumento (redução) nos ativos operacionais		
Variação em clientes a receber	574.246	91.595
Variação em estoque de material de consumo	5.209	(8.458)
Variação em depósito em garantia (curto e longo prazo)	442.419	(96.247)
Variação em adiantamentos a terceiros	979.721	(1.854.265)
Variação em créditos de funcionários	(130.876)	55.641
Variação em despesas pagas antecipadamente (curto e longo prazo)	(141.091)	224.446
Variação em tributos e contribuições a recuperar	(32.739)	(2.221)
Variação em depósitos judiciais	(197.507)	(82.572)
	1.499.382	(1.672.081)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Variação em fornecedores	6.390.335	(1.215.167)
Variação em obrigações fiscais	1.151.594	(24.700)
Variação em obrigações sociais	(371.388)	316.122
Variação em provisões trabalhistas	(2.174.897)	1.417.967
Variação em obrigações em circulação	187.839.076	(51.322.551)
Variação em contas a Pagar	454.667	3.999
Variação em provisão para riscos judiciais	-	(158.873)
	193.289.387	(50.983.202)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	211.684.377	(53.720.413)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições de imobilizado e intangível	(103.061.740)	(37.209.082)
Variação em direito de uso sobre arrendamentos	(666.333)	(1.131.020)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(103.728.073)	(38.340.102)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Redução do passivo de arrendamento	(871.808)	(497.847)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento	(871.808)	(497.847)
Aumento (redução) líquido do caixa e equivalente de caixa	107.084.495	(92.558.365)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	177.031.028	269.589.393
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	284.115.523	177.031.028
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	107.084.495	(92.558.365)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

1. Informações sobre a entidade

A Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP (Associação e/ou Entidade), localizada na Rua Lauro Muller 116, sala 1.103, Botafogo - Rio de Janeiro – RJ, foi qualificada como Organização Social por meio do Decreto nº 4.077, de 9 de janeiro de 2002. Tem como finalidade o desenvolvimento tecnológico da área de redes e suas aplicações, com o foco orientado para o suporte às atividades de ensino, notadamente, na educação superior e na pesquisa. Para isso, se constitui como a infraestrutura de rede de comunicação e computação para suporte à pesquisa brasileira, uma vez que propicia a integração de todo o sistema de pesquisa e ensino superior por meio de uma rede de alta capacidade, rica de serviços e aplicações. Por meio dessa rede nacional, ou *backbone*, chamada Rede Ipê, também são realizadas pesquisas para o desenvolvimento e teste de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC). Essas tecnologias constituem a base da nova sociedade do conhecimento, onde seu domínio e uso são essenciais para o desenvolvimento do país. Nesse sentido, a própria rede se constitui como um laboratório nacional no qual os experimentos de TIC são utilizados, permitindo que seus resultados possam beneficiar mais rapidamente os clientes.

As atividades desenvolvidas pela RNP estão atreladas a metas e prazos descritos no Contrato de Gestão, firmado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e a RNP, assinado originalmente em 26 de março de 2002 com vigência inicial de 5 anos. O mesmo foi renovado em 16 de janeiro de 2007, com prazo de vigência de 4 anos. Uma nova renovação foi estabelecida com assinatura de novo contrato com início em 22 de dezembro de 2010 e vigência inicial de 6 anos adicionais. A última renovação foi assinada em 27 de julho de 2021 para o prazo de 10 anos.

Em 5 de fevereiro de 2016, a Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) encaminhou, para todas as Organizações Sociais vinculadas, as orientações acerca do processo de renovação dos Contratos de Gestão. Para as Organizações Sociais com contratos vigentes, como a RNP, o processo engloba as seguintes etapas: elaboração do plano de fomento de consulta pública para obtenção de contribuições da sociedade, além da negociação e assinatura do contrato.

No último Ciclo 2011 – 2016, renovado até 2020, foi consolidado o Sistema RNP, sua política de uso e compartilhamento de recursos que hoje sustentam uma plataforma digital de serviços para alunos, professores e pesquisadores em todo o país. Essa ciberinfraestrutura, seus serviços e recursos humanos altamente qualificados, constituem um bem público para milhares de organizações usuárias, integradas globalmente, com redes de educação e pesquisa e fluxos de conhecimento.

Plano de Ação 2021-2030, assinado em 27 de julho de 2021, tem por objetivo ampliar os resultados do fomento e fortalecer a parceria da Organização Social RNP com o MCTI para o benefício da comunidade de educação, pesquisa e inovação. Sua conformação está alicerçada nas diretrizes da missão do MCTI, como Órgão Supervisor do Contrato de Gestão, e nos componentes estratégicos aprovados pelo Conselho de Administração da RNP em seu Plano Diretor 2021-2030.

A RNP depende do recebimento de repasse de recursos do MCTI para manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro. Em virtude da natureza das operações da Organização, da vigência do Contrato de Gestão e da conformidade com os termos deste novo contrato, a Administração da RNP entende que os recursos previstos e necessários serão disponibilizados à Organização na forma esperada.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da RNP são de responsabilidade de sua Administração e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos - Resolução CFC 1.409/12 (ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros). Naqueles aspectos não abordados por esta ITG, foram aplicadas as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis completos.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas formas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, também com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Não existem transações de gratuidade concedidas e serviços voluntários obtidos nas operações realizadas pela Entidade nos exercícios apresentados.

As demonstrações contábeis da RNP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram autorizadas para emissão por sua Diretoria Executiva em 11 de março de 2022.

2.2 Pandemia Covid-19

A pandemia do Covid-19 iniciada em março de 2020, afetou diversos negócios e atividades econômicas em escala global. Neste cenário de incerteza, a Entidade instituiu comitê interno, denominado de “Comitê Covid-19”, que acompanha a evolução da pandemia e assessora a DE na tomada de decisões importantes para a organização, atuando em dois pilares: a preservação das pessoas e manutenção da eficiência operacional.

No ano de 2021 a RNP desenvolveu diversas frentes de atuação relacionadas à pandemia. Algumas ações internas envolveram, por exemplo, o mapeamento de imunização dos colaboradores RNP contra Covid-19, campanha de vacinação contra gripe, atualização de protocolos de segurança nos escritórios, orientados pela OPAS (Organização Pan-americana da Saúde), revisão dos protocolos de viagens e participação em eventos adequando-os ao novo contexto de pandemia etc. No âmbito externo é possível destacar a participação da RNP viabilizando a utilização da Plataforma Nacional de Infraestrutura de Pesquisa – PNIPE MCTI por meio da oferta de ferramentas que utilizam o que tem de mais inovador em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Em dezembro de 2021, teve início o Piloto do Novo Modelo de Trabalho que irá até março de 2022. Inicialmente foram mapeados para participarem do piloto, em modalidade de trabalho híbrido, 19 colaboradores em Brasília, 32 em Campinas e 20 no escritório do Rio de Janeiro. O piloto foi construído com base nos pilares priorizados pelos colaboradores: bem-estar físico e emocional; relacionamento e colaboração; flexibilidade; e experiência digital e contou com o envolvimento da organização, através do engajamento respondendo ao questionário de percepções sobre as experiências com o trabalho remoto estendido imposto pela Pandemia e as expectativas para o Novo Modelo de Trabalho, na participação nos workshops facilitados pela abordagem do Design Thinking e com as diretrizes e validações da Diretoria Executiva.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

O objetivo do piloto é validar a hipótese de que o regime híbrido e flexível é vantajoso para a relação entre o colaborador e a RNP, uma vez que resulta em um sentimento de satisfação para o colaborador. Além disso, possibilita que a empresa reduza o espaço físico para a realização do trabalho presencial e consequentemente as despesas relacionadas com a ocupação do espaço físico. Alguns critérios foram adotados e serão observados por todos para garantia do sucesso do piloto e preservação da segurança individual e coletiva durante a Pandemia de Covid19:

- Esquema vacinal dos celetistas (C) e terceiros (T), completo 100% e comprovado.
- Manifestação confortável dos colaboradores em participar do projeto piloto.
- Disponibilidade do espaço físico, de acordo com as condições sanitárias necessárias e mobilidade dos equipamentos.
- Periodicidade de trabalho na Unidade: variável de 01 a 05 vezes por semana.
- Adoção dos protocolos de segurança dentre os quais o uso de máscaras, distanciamento de 1,5m, higienizações e não ir ao escritório em caso

3. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das políticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico.

3.3 Sumário das principais políticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência para os recursos recebidos via Contrato de Gestão, convênios FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e para projetos com duração superior a mais de um exercício financeiro, no caso: Projeto Frida, Projeto Global Biodiversity, Comunicação móvel 5g INATEL, Convênio Colégio Pedro II, Projeto Brasil 6g, Projeto RNP 5g In a box, Projeto Open Ran . Para os demais convênios e contratos, a contabilização ocorre pelo regime de caixa.

A receita apropriada pelo regime de competência é reconhecida na extensão em que são incorridas as despesas relacionadas aos projetos executados, e as receitas advindas de outros convênios, contratos e prestação de serviços, geridas pela RNP, são contabilizadas no momento do seu recebimento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, referentes à caixa, bancos e aplicações financeiras em títulos de renda fixa com disponibilidade imediata e são utilizados pela Associação no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo por meio do resultado que se equipara ao valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento do exercício.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

c) Contas a receber e perda estimada para crédito de liquidação duvidosa - PECLD

São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos, pois não possuem caráter de financiamento, em contrapartida à conta de resultado. O CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros - substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Para o Contas a Receber, a Entidade adotou uma abordagem simplificada e realizou o cálculo da perda esperada tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro, conjugada com a experiência operacional e a conjuntura econômica.

d) Imobilizado

Está registrado ao custo, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear às taxas anuais mencionadas na nota explicativa 10, que levam em consideração a vida útil-econômica desses bens. A Administração da RNP não identificou indícios de desvalorização do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

Um item de imobilizado é baixado quando doado ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado em relação ao seu uso ou à sua venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração de superávit/déficit no período em que o ativo for baixado.

A provisão para perda do ativo imobilizado é constituída após a realização do inventário físico anual. Com base no status de cada um dos bens, a administração constitui a provisão.

Os status passíveis de provisão são: não informado, não localizado, irrecuperável, obsoleto para o projeto, recuperável e em branco.

e) Contratos de arrendamento – CPC 06

Na data de início do contrato de arrendamento é reconhecido o direito de uso e o passivo de arrendamento. A Entidade mensura o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento, onde é utilizada a taxa incremental, já que não possui taxa de juros implícita em seus contratos. A taxa incremental estimada é em função das taxas de captação de financiamentos de longo prazo, ajustada para refletir as características do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país, moeda, prazo e a data de início do contrato. Se ocorrer alguma alteração do fluxo de caixa esperado no contrato, o passivo é novamente mensurado. A Entidade amortiza o ativo de direito de uso pelo método linear, pelo prazo remanescente do arrendamento. A Entidade usou determinadas isenções permitidas pela norma e, portanto, não aplicaram os requerimentos no CPC 06 (R2) para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor, reconhecendo para estes casos uma despesa de arrendamento pelo método linear, conforme previsto no CPC 06(R2), equivalente ao IFRS 16. A Entidade possui contratos de arrendamentos operacionais nos quais atua como arrendatária referentes à imóveis. A mensuração desses arrendamentos inclui:

- i) uma estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da arrendatária e esse exercício é razoavelmente certo;
- ii) revisão detalhada da natureza dos diversos contratos de arrendamento inerentes às suas operações;
- iii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa incremental adequada aos contratos; dentre outras.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

f) Intangível

Ativos intangíveis refletem os custos de aquisição deduzidos da amortização acumulada e das perdas para redução do valor recuperável, quando aplicável.

O critério para provisão para perda é similar ao aplicado ao ativo imobilizado mencionado na nota explicativa acima.

g) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a RNP tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que seja requerida uma estimativa confiável do valor da obrigação para que a mesma possa ser liquidada. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração de déficits e superávits, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A RNP é parte em processos judiciais e administrativos; portanto, provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e quando uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências aplicáveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

h) Instrumentos financeiros

Ativo financeiro

A Entidade reconhece um ativo financeiro no seu balanço patrimonial, quando, e apenas quando, a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Entidade avalia na data das demonstrações contábeis se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado ou como empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Entidade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e incluem contas a pagar a fornecedores.

Instrumentos derivativos

A Entidade não possui em 31 de dezembro de 2021 e 2020 nenhum instrumento derivativo de qualquer natureza em aberto. A Entidade, também não realizou durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 nenhuma transação com instrumento financeiro derivativo de qualquer natureza.

i) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seu benefício econômico futuro seja gerado em favor da RNP e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

j) Tributação

A RNP é uma associação civil sem fins lucrativos constituída nos termos da Lei 9.637/98 e tem suas atividades voltadas para o desenvolvimento tecnológico e de pesquisa, motivo pelo qual lhe é conferida a isenção tributária de IRPJ e CSLL.

Caso a RNP não gozasse de isenção tributária, a tributação sobre o lucro compreenderia o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda seria computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedessem R\$ 240.000 no período de 12 meses, e a contribuição social seria computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. As inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, gerariam créditos ou débitos tributários diferidos.

A Entidade não tributa PIS e COFINS sobre a receita de subvenção governamental recebida, pois os recursos que são repassados para atender as obrigações do Contrato de Gestão têm natureza de repasse de recursos públicos destinados à realização de atividades e projetos, restando afastada a incidência de impostos ou contribuições, por não caracterizarem contraprestação de serviços.

Para as receitas de prestação de serviços os seguintes impostos e contribuições incidem pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto sobre Serviços – ISS	5,00%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	7,60%

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

k) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos – Resolução CFC no 1.409/12 (ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros). Naqueles aspectos não abordados por esta ITG, foram aplicadas às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis completos.

3.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

O processo de elaboração das demonstrações contábeis, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicadas a entidades sem fins lucrativos, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações contábeis e nas suas notas explicativas.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do imobilizado e do intangível, assim como da provisão para riscos judiciais. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. A RNP revisa suas estimativas e premissas anualmente.

3.5 Pronunciamentos, normas e interpretações que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022, conforme segue:

- 1º de janeiro de 2022 - Contratos onerosos – custo de cumprimento de um contrato (alterações ao NBC TG 25 (R1)/IAS 37);
- 1º de janeiro de 2022 - Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações ao IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41);
- 1º de janeiro de 2022 – Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao NBC TG 27 (R4) /IAS 16);
- 1º de janeiro de 2022 - Referências à estrutura conceitual (alterações ao NBC TG 15/IFRS 3);
- 1º de janeiro de 2023 - Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao NBC TG 26 (R4)/IAS 1 e NBC TG 23/IAS 8);
- 1º de janeiro de 2023 - IFRS 17 Contratos de Seguro, e alterações à IFRS 17 Contratos de Seguro.

A Entidade não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Entidade.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

4. Caixa e equivalente de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Banco conta movimento – Contrato de Gestão	105.265.609	18.448.606
Banco conta movimento – Associação	1.385.331	140.717
	<u>106.650.940</u>	<u>18.589.322</u>
Aplicações financeiras – Contrato de Gestão	114.771.448	108.951.141
Aplicações financeiras – Associação	62.693.135	49.490.565
	<u>177.464.583</u>	<u>158.441.706</u>
	<u>284.115.523</u>	<u>177.031.028</u>

As aplicações financeiras estão representadas por títulos de renda fixa em instituições de primeira linha e indexadas à variação do CDI – Certificados de Depósitos Interbancários, com vencimento no curto prazo. No ano de 2021 houve uma mudança no perfil de investimento da Entidade, bem como na gestão dos recursos em tesouraria, tais alterações estão melhor detalhadas na nota explicativa 25 – Resultado Financeiro Líquido.

A Entidade considera os recursos do contrato de gestão, sejam eles banco conta movimento ou aplicação financeira, como caixa e equivalentes de caixa, pois tais recursos são utilizados para pagamento de despesas orçadas nos projetos que serão realizados durante o exercício, bem como para cobrir as despesas que mantém a operação da RNP.

5. Contas a receber

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Clientes	2.336.966	2.609.651
Duplicatas a receber	46.375	148.803
Serviços prestados e não faturados	2.598.299	2.866.035
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(210.222)	(68.603)
	<u>4.771.418</u>	<u>5.555.886</u>

A subconta de “Clientes” refere-se às emissões de notas fiscais eletrônicas de prestação de serviços e a conta “Duplicatas a receber” refere-se às faturas emitidas de receitas provenientes de cooperação técnica, convênios e patrocínios. A provisão de serviços a faturar foi constituída somente para os clientes que a entidade possuía o aceite.

A composição das contas a receber de clientes por idade de vencimento é como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
A vencer	2.056.313	3.573.456
Vencidas há 30 dias	2.663.323	1.681.591
Vencidas de 31 a 60 dias	27.782	6.000
Vencidas de 61 a 99 dias	26.560	294.839
Vencidas há mais de 100 dias	207.662	68.603
	<u>4.981.640</u>	<u>5.624.489</u>

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

A movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foi como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo em 01 de janeiro	(68.603)	-
(+) Adições	(210.222)	(68.603)
(-) Baixas	68.603	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>(210.222)</u>	<u>(68.603)</u>

Em relação ao critério utilizado para constituição da Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), utilizou-se a conjugação de dois parâmetros. O primeiro parâmetro diz respeito à data de vencimento, ou seja, títulos vencidos a mais de 180 dias sem o respectivo recebimento considerando a data base 31/12/2021. O segundo critério é pautado no insucesso de cobrança dos títulos vencidos a mais de 61 dias, ou seja, apesar de terem sido feitas cobranças, a Entidade não obteve retorno algum sobre a previsão de recebimento dos valores. Dos títulos com vencimento aberto entre 61 a 180 dias, um título no valor de R\$2.560,00 se enquadrou na situação ora mencionada, somando-o aos títulos abertos a mais de 180 dias, compõe-se o valor total provisionado (R\$210.222).

6. Depósito em garantia (circulante e não circulante)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Aluguel	102.000	165.000
INMETRO	124.179	115.486
CPRM	-	79.093
CAPES	435.587	744.606
Total de garantias	<u>661.766</u>	<u>1.104.185</u>
Circulante	559.766	939.185
Não circulante	102.000	165.000

A RNP possui contratos firmados com clientes e fornecedores (contrato de locação) que exigem obrigações, através da constituição de uma garantia bancária.

7. Adiantamentos a terceiros

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Adiantamentos a fornecedores	170.457	250.720
Importação em andamento (a)	968.004	1.905.862
Adiantamento diversos	44.568	6.168
	<u>1.183.029</u>	<u>2.162.750</u>

- (a) O processo de importação dos equipamentos, relacionado ao projeto Ciência Conectada Nordeste, no montante de R\$ 675.493 (USD 130.000), a RNP sofreu a retenção da carga, pois a respectiva foi parametrizada em canal vermelho na alfândega e foi lavrado um auto de infração e um termo de apreensão e guarda visando a aplicação da pena de perdimento dos equipamentos. Conforme nota explicativa nº 17, com a decisão favorável o material foi liberado onde está em funcionamento desde outubro de 2021. O saldo restante continua pendente de regularização até a presente data.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

8. Depósitos judiciais

	<u>Quantidade</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Processo RFB (a)	1	498.765	498.765
Processo RFB – PIS/COFINS (b)	1	2.829.605	2.632.098
		<u>3.328.370</u>	<u>3.130.863</u>

(a) Refere-se a uma ação ordinária visando a obtenção de provimento judicial para reconhecer a improcedência da cobrança de IRPJ pretendida pela Fazenda Nacional.

(b) A partir de 01 de julho de 2015, as alíquotas do PIS e COFINS sobre receitas financeiras, inclusive as decorrentes de operações realizadas para fins de *hedge*, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, passaram a ser de 0,65% e 4%, respectivamente. A RNP está recolhendo judicialmente o valor correspondente ao pagamento da COFINS, pois entende que essa cobrança é indevida, dado que a origem do valor aplicado é isenta de tributação, logo, seus rendimentos também deveriam ser.

Ambas as causas de acordo com os advogados da Entidade, têm possibilidade de sucesso e são classificadas como possível, conforme demonstrado na nota explicativa 17.

9. Direito de uso de arrendamento

Os arrendamentos nos quais a Entidade, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento, pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato.

Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

A taxa de desconto utilizada no cálculo dos contratos foi a SELIC média de 6,24% a.a.

A RNP possui contratos de aluguel das salas comerciais, espaço físicos para armazenagem e de equipamentos.

A seguir, apresentamos a movimentação dos arrendamentos nos exercícios de 2021 e de 2020:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo em 01 de janeiro	1.860.207	2.237.983
Adição	666.333	1.131.020
Amortização	(1.378.519)	(1.508.797)
Saldo em 31 de dezembro	<u>1.148.021</u>	<u>1.860.207</u>

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

10. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	31/12/2020	Custo		Depreciação		31/12/2021
			Aquisições	Baixas	Adições	Baixas	
Equipamentos de computação	20%	40.635.955	28.539.831	(6.713.524)	(16.121.512)	6.636.862	52.977.613
Máquinas e equipamentos (a)	10%	11.888.456	823.883	(398.265)	(1.133.879)	318.900	11.499.093
Móveis e utensílios	10%	2.648.150	452.224	(263.305)	(476.575)	158.862	2.519.356
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	7.372	226.027	-	(17.072)	-	216.326
Cabos de fibra ótica	5%	6.328.283	5.856.937	-	(457.296)	-	11.727.924
Instalação	10%	-	434.582	-	(31.086)	-	403.496
Construções em andamento (b)	-	-	136.085	-	-	-	136.085
Imobilizado em andamento (c)	-	-	49.087.931	-	-	-	49.087.931
Provisão para perda no ativo (d)	-	(3.820.378)	(60.036)	301.167,00	-	-	(3.579.246,)
		57.687.838	85.497.462	(7.073.926)	(18.237.421)	7.114.623	124.988.578

	Taxas anuais de depreciação	31/12/2019	Custos		Depreciação		31/12/2020
			Aquisições	Baixas	Adições	Baixas	
Equipamentos de computação	20%	37.291.895	21.502.889	(1.297.129)	(12.007.917)	49.579	45.539.173
Máquinas e equipamentos	10%	6.825.950	177.641	(74.523)	(1.115.708)	1.171.879	6.985.238
Móveis e utensílios	10%	2.765.969	348.458	(230.956)	(449.547)	214.227	2.648.151
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	7.371	-	-	-	-	7.371
Cabos de fibra ótica	5%	2.272.050	4.303.036	-	(246.803)	-	6.328.283
Provisão para perda no ativo (d)	-	(3.861.638)	-	41.259	-	-	(3.820.378)
		45.301.453	26.332.023	(1.561.348)	(13.819.975)	1.435.685	57.687.838

- (a) Em setembro de 2021, passou a integrar a conta de Máquinas e Equipamentos os kits de fibra óptica referente ao Processo 19482-720.054/2020, onde a RNP foi autuada pela Receita Federal do Brasil na alfândega do aeroporto internacional de Viracopos, com a finalidade da aplicação da pena de perdimento de bens. Entretanto, com a decisão prolatada favorável a RNP, os bens puderam integrar o ativo no Projeto do Nordeste Conectado.
- (b) O saldo da conta de construções em andamento refere-se à construção de rede de fibra óptica em trecho de longa distância, Mossoró – Pau dos Ferros, no âmbito do projeto desenvolvida pela Diretoria de Engenharia e Operações (DEO) para compor a Infovia Potiguar. Os valores constam na conta de construções em andamento, pois aguardam a ativação da rede para então serem alocados em contas de imobilizado e dessa forma ter a depreciação dos bens iniciada, a previsão é que o trecho seja ativado no primeiro semestre de 2022 pendente apenas de tratativas com o DNIT.
- (c) A conta de Imobilizado em Andamento consiste nos custos incorridos com a importação, manuseio, instalação, acomodação de cabos ópticos subaquáticos para implantação do projeto norte conectado, que visa a construção de uma infraestrutura de cabos de fibras ópticas, acomodados no leito do rio Amazonas, para interligar os cinco municípios: Macapá-AP, Almeirim-PA, Monte Alegre-PA, Santarém-PA e Alenquer-PA, por meio de uma infraestrutura subfluvial. O projeto ainda não entrou em operação, visto que é necessário que haja algumas entregas, como por exemplo, a conclusão da implantação do trecho submarino, que há previsão de finalização até o segundo semestre de 2022.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

- (d) Com relação a provisão para perda, foi estimada com base no inventário realizado no ano vigente, descontando as baixas ocorridas em 2021. Dessa forma, a segregação dos valores por status dos bens está descrita abaixo. Com relação ao exercício de 2020, em razão da pandemia do COVID-19 não foi realizado o inventário físico. Dessa forma, a Administração optou por manter a provisão para perda constituída com base no último inventário realizado (2019), pois considerando que (a) o último inventário foi realizado no mês de setembro de 2019; e (b) o fechamento dos escritórios, Universidades, Institutos, entre outros em grande e parte do exercício de 2020, não haveria ajuste significativo na provisão constituída em 2019.

Classificação do bem	2021	2020
Não informado	3.156.889	3.554.438
Não localizado	225.122	165.328
Irrecuperável	12.659	30.205
Obsoleto para o projeto	22.198	29.732
Recuperável	39.401	33.246
Em branco	122.977	7.432
Total Geral	3.579.246	3.820.378

No quadro abaixo demonstramos a movimentação da provisão para perda do imobilizado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	2021	2020
Saldo em 01 de janeiro	(3.820.378)	(3.861.638)
(-) Bens baixados no exercício (a)	301.167	41.259
(+) Bens que ingressaram na provisão no exercício (b)	(60.036)	-
Saldo em 31 de dezembro	(3.579.246)	(3.820.378)

- (a) Bens que estavam compondo o valor da provisão para perda do imobilizado e foram baixados ao longo do ano de 2021.
- (b) Bens que em 2020 não faziam parte da provisão e em 2021 ingressaram na composição (devido mudança de status).

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

11. Intangível

	Taxas anuais de amortização	31/12/2020	Custo		Amortização		31/12/2021
			Aquisições	Baixas	Amortização	Baixas	
Sistema aplicativo software	20%	2.501.972	3.874.649	(261)	(1.069.203)	15	5.307.172
Direito cessão de uso em desenvolvimento (a)	4%	22.267.400	13.629.596	-	-	-	35.896.994
Provisão perda no ativo		(48.993)	-	-	-	-	(48.993)
		24.720.379	17.504.244	(261)	(1.069.203)	15	41.155.173

	Taxas anuais de amortização	31/12/2019	Custo		Amortização		31/12/2020
			Aquisições	Baixas	Amortização	Baixas	
Sistema aplicativo software	20%	496.093	2.154.349	(391.290)	(148.469)	391.289	2.501.972
Direito cessão de uso em desenvolvimento (a)	4%	13.544.689	8.722.712	-	-	-	22.267.400
Provisão perda no ativo		(48.993)	-	-	-	-	(48.993)
		13.991.788	10.877.061	(391.290)	(148.469)	391.289	24.720.379

A amortização do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 1.071.388 (R\$ 148.469 em 2020) e está registrada no resultado do exercício.

Classificação do bem	Valor residual	
	2021	2020
Não informado	48.993	48.993
Licença de uso expirada	-	-
Fora de uso temporário	-	-
Total geral	48.993	48.993

- (a) BELLA, Build Europe Link with Latin America, é um projeto que tem o objetivo de atender as demandas de interconexão de longo prazo das comunidades de pesquisa e educação europeias e latino-americanas, por interesse do Governo Brasileiro e delegação expressa do MCTI através do Ofício MCTI nº 169 de 13/04/2016. Esse projeto garante a cessão do direito de uso de longo prazo sobre espectro em um cabo submarino direto entre as duas regiões, assim como a implementação de uma rede de pesquisa e educação com 100Gbps de capacidade em toda a América Latina.

O sistema de comunicação submarino foi licitado e contratado por CLARA e GÉANT, em nome da RNP e demais redes de pesquisa e educação nacionais participantes do “consortium agreement BELLA”, formado pelas redes (RNIE ou NREN) do Brasil, Chile, Colômbia, Equador, França, Alemanha, Itália, Portugal e Espanha.

O financiamento do projeto BELLA está a cargo da União Europeia, por meio do programa Horizonte 2020, em virtude dos acordos de subvenção com referências 731505-DG-CNECT (BELLA-S1), DG-DEVCO, LA/2016/376-534 (BELLA-T) e DG-GROWTH. Esse projeto recebe financiamento em espécie de CEDIA (Equador), REUNA (Chile), RENATA (Colômbia) e RNP (Brasil). Juntas, as redes contribuem com 30% do custo de acesso ao cabo transatlântico da empresa ELLALINK, além de contribuírem significativamente para o *upgrade* da rede regional de CLARA na América do Sul.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

O contrato é de 25 anos com valor total de € 8.966 mil a serem pagos em parcelas no período de 2018 a 2022, refletindo em uma cessão de direito de uso de longo prazo, em desenvolvimento, e com amortização prevista para os últimos 23 anos do acordo, visto a data de referência para o início da implantação do cabo submarino Brasil-Europa pela empresa ELLALINK ser dezembro de 2018 e os benefícios econômicos passarem a ser utilizados a partir do prazo estimado de 24 meses de início dos aportes financeiros.

No exercício de 2021 houve um aporte de R\$ 13.629.596, equivalente a €2.165.371 (2020 houve o aporte de R\$ 8.722.712, equivalente a €1.493.359). O projeto ainda não entrou em operação visto que é necessário que haja algumas entregas, como por exemplo a conclusão da implantação do trecho submarino.

12. Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores telecomunicações	6.904.012	4.108.524
Fornecedores não telecomunicações	13.345.597	9.750.749
	20.249.608	13.859.273

A conta de Fornecedores Telecom se refere aos valores devidos dos serviços contratados de telecomunicações, já em Fornecedores Não Telecom, são contemplados todos os demais fornecedores da RNP que a atendem nas mais diversas necessidades.

13. Passivo de arrendamento

	2021	2020
Principal	957.386	1.274.690
Encargos financeiros a apropriar	(48.594)	(79.341)
Circulante	908.792	1.195.349
Principal	290.378	781.643
Encargos financeiros a apropriar	(5.175)	(28.214)
Não circulante	285.204	753.429
Total	1.193.996	1.948.778

A taxa média de desconto utilizada nos cálculos dos contratos foi de 6,24 % a.a., tendo em vista que ela reflete a taxa básica de juros para o financiamento de bens similares aos ativados pelo Entidade.

No quadro abaixo demonstramos a movimentação ocorrida nos exercícios de 2021 e de 2020:

	2021	2020
Saldo do arrendamento em 01 de janeiro	1.948.778	2.296.173
Remensuração/adição de novos contratos	444.807	1.136.699
Pagamento de principal	(1.316.615)	(1.634.546)
Apropriação de juros ao resultado do exercício	117.026	150.452
Saldo do arrendamento em 31 de dezembro	1.193.996	1.948.778

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar dos arrendamentos, segregado por ano:

	Valor nominal	Valor presente
2022	957.386	908.792
2023	290.378	285.204
	1.247.764	1.193.996

14. Obrigações fiscais

	2021	2020
ISS a recolher	351.123	180.786
IRRF a recolher (a)	2.133.754	1.315.974
CSL/COFINS/PIS	373.040	303.634
COFINS sobre prestação de serviços	251.487	157.415
	3.109.404	1.957.810

(a) A rubrica é composta basicamente por valores referentes à IR retidos sobre a folha de funcionários, seguido do IR retido da prestação de serviços PJ e por fim do IR retido da folha de autônomos.

15. Obrigações trabalhistas

	2021	2020
Férias	5.843.581	5.578.836
INSS sobre férias	1.800.963	1.410.186
FGTS sobre férias	553.964	442.410
Prêmio de desempenho (a)	-	2.935.284
Outros	12.181	18.870
	8.210.689	10.385.586

(a) O Prêmio de Desempenho foi instituído com o objetivo de recompensar os empregados que tiveram participação no atingimento da meta institucional, prevista no Contrato de Gestão firmado entre a RNP e o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI, para o fomento de tecnologias de informações e comunicações no meio acadêmico público federal. Esse prêmio é pago por liberalidade e só é efetivado quando as metas são atingidas e quando existem recursos financeiros disponíveis para seu custeio. Não se constituindo em remuneração fixa para fins de incorporação aos salários. Em 2021 a Entidade optou por não deliberar pelo pagamento dos prêmios. Em 31/12/2020, o saldo refere-se a provisão do prêmio de 2019, deliberado no exercício de 2020 e somente pago em 2021.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

16. Obrigações em circulação

	2021	2020
Contrato de Gestão – MCTI (a)	353.677.668	186.035.341
Finep – Cloudlab (a)	328.682	369.862
	354.006.350	186.405.203
Recursos de projetos incentivados (b)		
Projeto Frida	35.070	25.884
Projeto Global Biodiversity	87.451	87.451
CONVÊNIO PEDRO II	902.688	-
MCTI, RNP, FINATEL E CPQD PROJ 6G	1.656.401	-
OPEN RAN (c)	17.653.805	-
RNP 5G IN A BOX	15.808	-
	20.351.223	113.295
	374.357.574	186.518.498

- (a) O Contrato de Gestão da RNP é o instrumento pelo qual o contratante, ou seja, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) faz os repasses de recursos para o atendimento ao plano de trabalho da RNP. As entradas dos recursos do Contrato de Gestão, bem como os recursos dos convênios FINEP, são registradas na conta de Obrigações em Circulação, tendo em vista a verdadeira realização das receitas ocorrer no momento de realização dos projetos e não no momento de entrada no caixa da Organização. A medida em que os projetos correlatos são executados, as obrigações em circulação são baixadas e a respectiva receita é apropriada ao resultado do exercício.

Com base nos aditivos ao Contrato de Gestão já pactuados, a RNP recebeu em 2021 o valor total de R\$ 450.453.992 (em 2020 – R\$178.170.327), conforme quadro a seguir. Desse montante, R\$ 269.371.225 são de competência de 2020 e R\$ 181.052.767 do exercício de 2021:

	2021
27º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	54.129.336
28º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	159.122.428
29º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	25.570.639
30º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	30.578.822
32º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	51.066.236
1º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	129.986.531
	450.453.992

Em 31 de dezembro de 2021 alguns recursos permaneceram pendentes de repasse, conforme a seguir:

	R\$
27º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	33.706.371
32º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	15.324.158
2º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	171.000.000
3º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	200.419.870
4º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	26.925.427
5º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	9.636.869
	457.012.695

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

No demonstrativo a seguir apresentamos a movimentação da conta de obrigação em circulação:

	2021	2020
Saldo inicial em 01 de janeiro	186.405.203	237.841.049
Ingresso de recursos do contrato de gestão	450.453.992	178.170.327
Despesas executadas no exercício - contrato de gestão	(282.247.791)	(229.606.887)
Despesas executadas no exercício - FINEP/CLOUDLAB	(41.211)	(237)
Devolução de Recurso 26º TA	(563.874)	-
Outros - FINEP/CLOUDLAB	30	952
Saldo final em 31 de dezembro	354.006.350	186.405.203

- (b) O montante registrado nessa rubrica corresponde aos valores recebidos antecipadamente a título de patrocínios, convênios ou acordos para execução de projetos específicos. A medida que os gastos são incorridos, estes são contabilizados no resultado do exercício e a receita correspondente é reconhecida no mesmo montante.
- (c) O projeto OPEN RAN tem como objetivo a pesquisa e o desenvolvimento de software para a construção de uma plataforma de código aberto para o controle e gerenciamento de infraestruturas de rede programáveis compostas por equipamentos abertos e desagregados, ou seja, construídos a partir da integração de múltiplos componentes fornecidos por diferentes fabricantes de hardware e software. O software a ser desenvolvido neste projeto consiste em controladores, orquestradores, funções e serviços de rede envolvendo o uso de virtualização, computação e armazenamento em nuvem e inteligência artificial.

Além disso, o projeto tem como objetivo prover um ambiente de testes (testbed) a nível nacional, envolvendo tais tecnologias, para o uso pela academia, indústria e prestadores de serviços de comunicação a disposto foi destinado pelo MCTI ao projeto OPEN RAN o montante de R\$ 17.653.805.

17. Provisão para riscos judiciais

Contingências classificadas como prováveis:

A RNP é parte em processos judiciais ou em riscos potenciais que, na avaliação dos consultores jurídicos, levando em consideração experiências com naturezas semelhantes, foram classificadas como de risco provável de perda.

A Administração entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes para preservar o seu patrimônio, registrando o reconhecimento de provisões para perdas prováveis de processos judiciais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, de acordo com os valores abaixo discriminados:

	2021	2020
Trabalhistas (processos judiciais)	152.945	136.682
Trabalhistas (terceirização)	21.405.000	20.539.055
	21.557.945	20.675.737

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

A movimentação da provisão para riscos judiciais ocorreu conforme demonstrado no quadro abaixo:

	2021	2020
Saldo em 01 de janeiro	20.675.737	21.552.843
(+) Constituição de provisão	1.018.890	20.772.146
(-) Reversão de provisão	(136.682)	(21.490.380)
(-) Pagamentos	-	(158.873)
Saldo em 31 de dezembro	21.557.945	20.675.737

Adicionalmente, a Entidade tem ações de naturezas tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para os quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Quantidade	2021	Quantidade	2020
Trabalhista	6	718.266	4	315.985
Tributária	5	4.299.557	5	4.228.906
	11	5.017.823	9	4.544.892

Em relação a movimentação das contingências classificadas como "Possíveis", além da atualização dos valores das ações judiciais, outras duas provisões trabalhistas passaram a compor o elenco de contingências classificadas naquela categoria. No primeiro caso houve alteração de status de "Remoto" para "Possível", no valor de R\$ 77.500. O segundo caso trata-se de propositura de uma nova ação trabalhista iniciada em janeiro/2021 com classificação "Possível" para perda da ação, no valor de R\$ 272.057.

Adicionalmente, no exercício de 2020, também, houve o ingresso de três processos relacionado à retenção de equipamentos importados pela RNP. A carga foi parametrizada em canal vermelho na alfândega e foi lavrado um auto de infração e um termo de apreensão e guarda visando a aplicação da pena de perdimento aos equipamentos. A respectiva importação estava registrada na conta de importação em andamento no valor de R\$ 675.493. No que se refere a esse processo, em setembro de 2021 foi prolatada decisão favorável à RNP e o processo arquivado. No caso mencionado, havia intenção de aplicação de pena de perdimento de bens contra a RNP dessa forma o valor da ação correspondia ao valor pago pelas mercadorias no momento da celebração do contrato de câmbio atualizados pelo tempo em R\$ 751.946, porém com a decisão favorável o material foi liberado onde está em funcionamento desde outubro de 2021.

Em relação às causas que formam o contencioso tributário da RNP de forma concisa, as informações mais relevantes estão dispostas a seguir. O valor de R\$ 2.829.608 refere-se à COFINS recolhida mensalmente em juízo sobre as receitas financeiras incorridas, enquanto que o valor atualizado de R\$ 848.249 refere-se à ação ordinária para reconhecer a improcedência de IRPJ pretendida pela Fazenda Nacional.

18. Patrimônio Líquido

(a) Patrimônio Social

O patrimônio social é constituído pelas dotações iniciais concedidas/cedidas pelos fundadores e adicionados pelo superávit ou déficit apurados em cada exercício social.

(b) Superávits/Déficits acumulados

O valor do superávit ou déficit é incorporado ao Patrimônio Social no exercício subsequente.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

19. Receita de convênios

	2021	2020
Projeto BRASIL 6G	3.343.291	-
Projeto 5G IN A BOX	1.030.111	-
Fundação de Apoio à Capacitação em Tecnologia da Informação - FACTI	758.584	-
Convênio - Colégio Pedro II	625.525	-
Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos	239.487	-
Centro Universitário Tabosa de Almeida Asces - UNITA	85.000	-
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	85.000	-
Fundação Oswaldo cruz	85.000	-
Acordo de Cooperação MCTI/RNP	-	3.396.532
INATEL	-	1.845.674
Huawei do Brasil Telecomunicações	-	1.511.102
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	-	288.688
PNUMA	-	260.214
Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro	-	275.000
Lauren Foundation	-	161.747
Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação - FNDE	-	138.973
Binário Distribuidora de Equipamentos Eletrônicos	-	8.000
Outros	712.207	594.177
	6.964.203	8.480.108

A receita de convênios se trata de uma conta sazonal pela qual a RNP busca alavancar seus recursos adicionais que servem tanto para estender projetos em curso, quanto para atender aos conveniados em serviços de rede e ou para complementar infraestrutura própria destinada à integração de novas organizações e de novas comunidades. Propiciando o aumento da base de clientes e diminuindo a vulnerabilidade da RNP em relação ao Contrato de Gestão como único e grande financiador.

20. Receita de prestação de serviço

	2021	2020
Recursos (a)	22.044.981	22.512.135
Outras receitas	1.925.835	726.483
	23.970.815	23.238.618
Tributos sobre serviços prestados		
ISS	(1.197.523)	(1.280.675)
COFINS	(1.841.971)	(1.672.872)
	(3.039.494)	(2.953.546)
	20.931.322	20.285.072

- (a) A receita de recurso contempla os acordos de cooperação técnica que funcionam como um instrumento jurídico formalizado entre órgãos e entidades da Administração Pública ou entre estes e entidades privadas sem fins lucrativos no caso da RNP com o objetivo de firmar interesse de mútua cooperação técnica visando a execução de programas de trabalho, projetos/atividade ou evento de interesse recíproco.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

21. Despesas com pessoal

	2021	2020
Salários e ordenados (a)	(42.321.782)	(37.330.957)
INSS	(14.285.027)	(12.795.795)
Autônomos	(3.819.008)	(5.230.354)
Assistência médica	(2.320.925)	(2.665.898)
FGTS	(4.312.621)	(3.867.107)
13º salário	(4.682.176)	(3.530.088)
Auxílio alimentação/refeição	(3.496.578)	(2.977.804)
Horas extras	(1.433.719)	(1.409.459)
Férias indenizadas	(403.684)	(473.624)
Auxílio creche	(531.636)	(512.753)
PIS s/ folha de pagamento	(522.064)	(460.552)
Outros (b)	(2.402.488)	(1.107.469)
Prêmio de desempenho (c)	(3.320.417)	(2.812.937)
	(83.852.123)	(75.174.796)

- (a) A variação ocorrida na conta de salários se deu por alguns fatores: Aumento no quadro de funcionário mediante a contratação, progressões e promoções que ocorreram ao longo do ano e o aumento através do dissídio que em 2020 não ocorreu.
- (b) A variação elevada na conta de "outros" se deu devido ao aumento expressivo na conta de Bolsa de Alunos que compõe o grupo. Ocorreu um aumento quantitativo na conta saindo de 49 bolsistas em 2020 para 93 em 2021. Ademais transcorreu-se contratações temporárias para o período de seis meses.
- (c) Os valores de prêmio de desempenho são reconhecidos apenas após a aprovação da administração da Entidade, visto que é uma liberalidade da administração.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

22. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Conectividade nacional (a)	(70.748.256)	(57.848.692)
Convênio de cooperação acadêmica	(14.973.267)	(16.841.943)
Outras despesas (b)	(11.635.585)	(7.525.682)
Consultoria de sistema de informação	(20.490.161)	(25.125.431)
Serviço de terceirização de mão de obra (c)	(28.966.301)	(20.236.982)
Viagens	(591.654)	(1.158.192)
Convênio de cooperação técnica (d)	(139.088)	(1.233.925)
Renovação de licenças (e)	(13.394.447)	(11.104.169)
Conectividade internacional	(3.483.040)	(2.542.892)
Consultoria e ass. de informática e congêneres	(3.543.387)	(4.440.099)
Material de informática	(4.031.678)	(2.499.919)
Serviço de manutenção. de equipamentos	(2.301.539)	(2.553.364)
Utilidades e serviços	(2.378.567)	(1.873.230)
Serviço de suporte e manutenção de software	(6.452.085)	(4.810.335)
Ocupação	(2.056.415)	(1.798.016)
Serviço de instalação e configuração	(3.685.503)	(2.040.802)
Consultoria jurídica	(1.099.231)	(214.198)
Consultoria de gestão de projetos	(1.205.969)	(1.172.737)
Consultoria e assessoria – ESR	(597.258)	(332.812)
Serviço de obra civil	(2.245.413)	(1.911.708)
Serviços especializados - eventos	(774.938)	(184.576)
Treinamentos e cursos	(1.943.611)	(1.480.172)
Consultoria e assessoria em P&D de projetos	(2.079.587)	(1.016.281)
Outros	(2.628.304)	(1.080.365)
	<u>(201.445.284)</u>	<u>(171.026.523)</u>

As maiores variações ocorridas no grupo de despesas gerais e administrativas são justificadas por:

- (a) O projeto USF – Conexão das unidades da família durante a pandemia 2020, iniciou em março de 2020. No entanto, a provisão começou a partir de setembro deste mesmo ano, devido ao período oneroso de 4 meses concedido pelas operadoras de acordo com a cláusula do contrato. Além disso, as contratações foram feitas em 4 blocos (chamadas). Por isso, as conexões ocorreram de forma gradativa, onde a maior parte se deu durante o ano de 2021, aumentando assim o valor mensal total a ser provisionado e refletindo em uma diferença significativa em comparação com o ano de 2020.
- (b) A variação expressiva em Outras despesas (que engloba as contas de Serviço de armazenagem, Consultoria de elaboração de Projetos, Serviço de transportes, Serviços segurança de redes, despesas complementares de importação) se deu por conta da execução de serviços de dois grandes projetos: Projeto Piloto do PAIS e Projeto Norte Conectado.
- (c) A variação apresentada na conta reflete a necessidade de aumento da contratação de mão de obra especializada para prestação de serviços principalmente no âmbito dos projetos realizados pela DAGSOL (Diretoria Adjunta de Gestão de Soluções), e mais especificamente nas ações relacionadas à atuação no MEC (STIC e SESU) vinculadas ao programa SDE (Soluções Digitais para Educação). Além de alocação de mão de obra especializada na GSC (Gerência de Sistemas Corporativos) para execução de projetos e operação dos Sistemas Corporativos da RNP. Principais Sistemas atendidos por esses profissionais: Base de Clientes, Conectividade, RHOnline, Rute, Nutrissan, Agendamento de Salas, Integra, Jira, Assinatura Digital, Filesender, Atestoweb, Sistemas da ESR.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

- (d) A redução expressiva em 2021 se deu pelo fim da execução das despesas relacionado ao Acordo de Cooperação Técnica com o MCTI do projeto de tecnologia de comunicação móvel quinta geração 5G.
- (e) Até 1 (um) ano de vigência.

23. Despesas tributárias

	2021	2020
IR s/ serviços no exterior	(588.331)	(670.366)
Impostos e taxas	(1.445.483)	(1.097.420)
Outros	(362.588)	(379.801)
	<u>(2.396.403)</u>	<u>(2.147.588)</u>

24. Outras receitas (despesas) operacionais

	2021	2020
Reversão de provisão para perdas - ativo imobilizado e intangível (a)	241.131	41.259
Baixas de ativo imobilizado e intangível	(255.989)	(166.923)
Reembolso de bens segurados	-	152.360
Devolução de recursos (b)	(1.077.864)	(6.156.809)
Variação cambial	224.405	140.643
Outros	(1.604)	135.798
	<u>(2.914.775)</u>	<u>(5.853.672)</u>

- (a) Vide nota explicativa 10.
- (b) Em 2021 o saldo está representado basicamente pela devolução de recursos repassados pela RNP referentes ao projeto NSF, no valor de R\$ 978.781 (devolução parcial decorrente da finalização por execução). Em 2020 transcorreram devoluções totais de projetos ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, no valor de R\$ 1.180.957 (devolução total) e do projeto 3ª chamada, no valor de R\$ 4.692.334 (devolução parcial decorrente da finalização por execução).

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

25. Resultado financeiro líquido

	2021	2020
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras (a)	5.729.888	1.722.563
Descontos Financeiros Obtidos	32	-
	5.729.920	1.722.563
Despesas financeiras		
Variação cambial (b)	(2.351.554)	(1.162.512)
IRRF s/ aplicação financeira	(881.240)	(390.083)
Juros	(40.881)	(166.438)
IOF	(124.499)	(122.471)
Despesas bancárias	(103.458)	(54.863)
Juros e multas passivas	(2.850)	(5.723)
Taxa de saída	-	(971)
Outras despesas	(6.642)	(66.263)
	(3.511.123)	(1.969.325)
Resultado Financeiro Líquido	2.218.797	(246.762)

(a) O aumento nos juros sobre as aplicações financeiras se deu em virtude da alteração do perfil de investimento e gestão dos recursos em tesouraria. Em 2020 grande parte da aplicação financeira estava concentrada em fundos automáticos, no qual o rendimento médio anual não chegava perto da taxa DI (em torno de 30% a 50%). A partir de julho de 2021 definiu-se que as aplicações automáticas seriam encerradas e os recursos passaram a ser investidos em fundos de renda fixa de baixo risco, alta liquidez e rentabilidade próxima ou superior a essa taxa (DI). Além disso, a decisão tomada pela Entidade foi ao encontro do momento vivido pelo país, ou seja, aumentos sucessivos da Taxa Selic, principal balizador de fundos de investimentos em renda fixa e fundos DI, o que também contribuiu positivamente para o aumento das receitas financeiras como um todo.

Ademais, a tesouraria também passou a atuar de forma mais ativa no acompanhamento semanal dos recursos, realizando resgates para cobrir os pagamentos já programados, motivo esse que explica o aumento do IRRF, e aplicando o excedente de caixa das diversas contas, para assim obter maior rentabilidade.

(b) O aumento no grupo de despesa com variação cambial ocorreu em razão da elevação de importação de equipamento em 2021, relacionado principalmente ao projeto do norte conectado.

26. Transações com partes relacionadas

Remuneração e pessoal-chave

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a remuneração total da Alta Gerência da RNP foi de R\$ 2.547.850 (R\$ 1.960.898 em 2020). A RNP não concede benefícios pós-emprego ou outros de longo prazo para os seus diretores e colaboradores.

A RNP é co-fundadora e associada à CLARA - Cooperação Latino Americana de Redes Avançadas, uma Organização de Direito Internacional sem fins lucrativos que opera uma rede de Internet Avançada, a RedCLARA, que tem como objetivo interconectar internacionalmente a RNP às redes acadêmicas de diversos países da América Latina e Europa. Com isso, estende o serviço de conectividade às instituições usuárias destes outros países e do continente europeu.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

CLARA possui um conselho diretivo escolhido através de votação, em assembleia de seus associados. Atualmente, o Diretor de Engenharia e Operações, Eduardo Cezar Grizendi, é o representante da RNP no Conselho Diretivo de CLARA.

27. Gestão dos riscos e instrumentos financeiros

Considerações gerais e políticas

A Entidade contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração.

a) Gestão de risco financeiro

A atividade da Entidade a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros) e risco de liquidez. A gestão de risco da Entidade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

a.1) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros das aplicações financeiras da Entidade, têm nos ganhos auferidos em função do seu portfólio ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. A Entidade administra os riscos de mercado através de aplicações financeiras em fundos de baixo risco de mercado e com baixa alavancagem financeira, sempre em instituições financeiras de 1º linha.

a.2) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, e capacidade de liquidar posições de mercado.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Entidade restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo em condições normais de mercado. Esses instrumentos visam a liquidez, a rentabilidade e a minimização de riscos. Nos exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a Entidade não realizou operações com caráter especulativo, em derivativos ou em quaisquer outros ativos de riscos.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

28. Cobertura de seguros

Ao final de 2020 diversas apólices foram renovadas e regeram as coberturas para o ano de 2021 até o mês de novembro quando ocorreu a renovação anual das apólices e revisão dos prêmios e coberturas. De modo geral, as apólices estão distribuídas conforme a as disposições abaixo:

Apólice	Objeto do seguro	Vigência		Valor total do prêmio	Limite máximo de garantia
1.007.100.037.990	Equipamentos de informática e rede	13/11/2021	13/11/2022	R\$ 371.252,69	R\$ 14.473.750,93
1.007.100.037.991	Equipamentos de informática e rede	13/11/2021	13/11/2022	R\$ 121.384,64	R\$ 959.292,02
30.10.0018567.12	D&O - Resp. Civil para Administradores	12/09/2021	12/09/2022	R\$ 38.656,80	R\$ 30.000.000,00
1.007.100.038.019	Equipamentos de informática e rede	13/11/2021	13/11/2022	R\$ 16.344,74	R\$ 816.281,44
1.007.100.038.025	Móveis e utensílios	13/11/2021	13/11/2022	R\$ 6.466,32	R\$ 787.614,23
1.005.100.047.792	Responsabilidade Civil	19/11/2021	19/11/2022	R\$ 3.949,99	R\$ 1.000.000,00
1.007.100.038.123	Equipamentos de informática e rede	25/11/2021	25/11/2022	R\$ 3.558,34	R\$ 660.642,00

Dessa forma, em 31/12/2021 a RNP possui uma cobertura no valor total de R\$ 48.697.580,62, e para tal realizou o pagamento total referente a prêmios de seguro na casa de R\$ 561.613,52.

Nas apólices foram listados todos os locais de risco cobertos, bem como todos os itens contemplados na proteção com suas respectivas características de identificação tais como número de série, marca, descrição e seu respectivo local de risco conforme especificado na apólice.

Adicionalmente, ao longo do ano, o seguro é revisto e atualizado conforme a probabilidade de mudança do critério anteriormente mencionado, com o objetivo de resguardar o patrimônio.

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Entidade.
